



# 2014

## Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

### ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

- [05.04.2014](#) – Dia Nacional do Combatente
- [01.06.2014](#) – Inauguração de Monumento às Mães e aos Combatentes do Ultramar, Ribeirão
- [30.06.2014](#) – Homenagem ao Marechal Costa Gomes
- [18.10.2014](#) – Evocação das Comemorações do 100.º do início da Grande Guerra
- [08.11.2014](#) – 96.º Aniversário do Dia do Armistício, 91.º Aniversário da Liga dos Combatentes e 40.º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar e evocação do centenário do início da Grande Guerra
- [25.11.2014](#) – Apelo ao diálogo, à paz e à não-violência, nomeadamente à eliminação da violência contra as mulheres. Homenagem promovida pela Embaixada da República Dominicana
- [25.11.2014](#) – O General Ramalho Eanes e a História recente de Portugal
- [29.11.2014](#) – Inauguração da Exposição “Neste vale de lágrimas”, no Santuário de Fátima com a presença do Cristo das Trincheiras
- [08.12.2014](#) – Cerimónia de Evocação do 100.º do Combate de “Naulila”

## **DIA NACIONAL DO COMBATENTE, 78.ª ROMAGEM AO TÚMULO DO SOLDADO DESCONHECIDO, 96.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE LA LYS E EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DO INÍCIO DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA**

5 de abril de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Digna-se V. Ex.ª. presidir pela primeira vez a esta cerimónia, tão significativa para nós, Combatentes. É uma satisfação e uma honra tê-lo connosco.

Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

É com todo o agrado que registamos a presença de V. Exa. mais uma vez entre nós, e salientamos a compreensão e ação que vem desenvolvendo no apoio aos Combatentes

Exmo. Senhor Bispo Manuel Linda Excelência Reverendíssima

Os meus agradecimentos pela amabilidade que teve em aceitar o nosso convite. Desejamos as maiores felicidades nas suas novas funções.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Batalha e de Leiria; Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha; Exmos. Senhores Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, da Armada e do Exército; Exmos. Senhores Embaixadores; Exmo. Senhor Chanceler das Antigas Ordens Militares; Exmo. Senhor General Gabriel Augusto do Espírito Santo; Exmo. Senhor Almirante Presidente do Conselho Supremo da LC; Senhor General Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da Grande Guerra

Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Diretores-gerais; Exmo. Senhor Diretor do Mosteiro da Batalha; Ilustres entidades, civis, militares e religiosas, nacionais e de países amigos; Senhores Adidos de Defesa; Presidentes das Associações Sócio Profissionais, Associações de Combatentes presentes, Souvenirs Française e British Legion

Presidentes de Núcleos da Liga dos Combatentes

Minhas Senhoras e meus Senhores, Combatentes

Assinalamos hoje o Dia Nacional do Combatente. O Dia do Soldado de Portugal. Igualmente o 96.º aniversário da Batalha de La Lys e a 78.ª Romagem ao túmulo do Soldado Desconhecido.

Fazemo-lo de uma forma simples e tradicional num local repleto de significado histórico e sentimental. Aljubarrota e a Grande Guerra são neste Mosteiro a síntese da epopeia de novecentos anos de história de sobrevivência de um povo que sempre soube ser heroico nos momentos difíceis de crise ou guerra, da sua vida como Nação.

Hoje acrescentamos a essa síntese, a presença daqueles que se bateram em Angola, na Índia, em Moçambique, na Guiné, na Bósnia, no Kosovo, no Iraque, no Líbano, na Somália, no Afeganistão e marcaram presença noutras partes do mundo, defendendo valores, interesses vitais, territórios e cidadãos, caindo por vezes para sempre, ao serviço de uma causa: - Portugal.

Agora que se iniciam as evocações do centenário da Grande Guerra é uma honra para nós, Liga dos Combatentes, sentir que somos a Instituição que preservou até hoje a memória bem viva de quantos ali se bateram.

Não obstante o séc. XX ter conhecido a II Guerra Mundial, a I Guerra Mundial é ainda hoje conhecida como a Grande Guerra. Este catastrófico conflito armado marcaria o Mundo. Paradoxalmente, ele viria a ser considerado como o fenómeno que deu origem à chamada História Contemporânea e à Modernidade.

Quando se perfazem cem anos sobre o seu início e a Europa e o Mundo se preparam para evocar esse dramático período da História da Humanidade, é forçoso reconhecer que o Homem, na última metade do séc. XX e princípio do séc. XXI, embora recorrendo à estratégia do terror nuclear e da guerra fria, procurou controlar os conflitos de alta intensidade a nível alargado e os seus efeitos.

O princípio do séc. XXI apresenta-se, porém tanto ou mais inseguro a nível mundial que o princípio do séc. XX. Em termos relativos, as forças portuguesas para fazerem face a essa insegurança, apresentam hoje capacidades e fragilidades semelhantes às que revelaram para fazer face à Grande Guerra.

Esta, viria, porém, a revelar-se para Portugal, através da intervenção militar, como o fator decisivo na manutenção dos territórios ultramarinos e na consolidação da República. Após durante todo o séc. XIX Portugal se ter oposto em África pela diplomacia e pelas armas, à Inglaterra, à Bélgica e a França, e também à Alemanha, é àqueles que se junta na Europa no início do séc. XX, para resolver o problema da posse daqueles territórios e da sua segurança no continente.

As Forças Armadas Portuguesas, batem-se então primeiro em Angola e Moçambique, (a partir de 1914), e depois no Norte de França (1917-1918), para garantirem a integridade territorial do País.

Hoje, Dia do Combatente, perfazendo-se cem anos sobre um momento difícil para Portugal e para as Forças Armadas é nosso dever dar-lhe o devido e merecido relvo.

O Exército Português, batendo-se só, em África e integrado no exército inglês na Europa, manteve os territórios africanos e teve na Europa as vitórias e derrotas dos aliados ao lado dos quais se bateu.

Na mais dramática, a batalha do Lys, ou de Armentières, viu e sentiu, à semelhança do exército inglês, o inimigo romper a frente defensiva aliada, ao desencadear poderosa ofensiva que fez recuar as forças aliadas no sector inglês, para novas posições, a partir das quais viriam a ganhar o potencial estratégico e de combate relativo que as conduziu poucos meses depois, ao Armistício vitorioso de novembro 1918.

Se houve uma batalha perdida a 9 de abril pelas forças inglesas, onde se encontravam integradas as forças do Corpo Expedicionário Português (CEP), com a Segunda Divisão em primeira linha ocupando uma larga frente ladeada por duas divisões inglesas, seguiram-se-lhe batalhas ganhas que permitiram vencer a guerra.

Descritas e conhecidas historicamente as dúbias e variadas facetas políticas nacionais e a falta de apoios sentidos na frente de combate, antes, durante e depois da Guerra, bem como a evolução

dos meios de combate que permitiram o desenvolvimento do ambiente tridimensional da Guerra, sublinho três aspetos relevantes, normalmente pouco evidenciados.

Um de carácter militar de âmbito estratégico e tático, que poderá ter sido decisivo para as tropas portuguesas nos acontecimentos de 1918. Outro de carácter humano que porventura, um século depois, permitirá evocar o respeito, a reabilitação e a tolerância para com todos os que então se bateram nas mais traumáticas e stressantes condições. Finalmente um terceiro que é síntese da espiritualidade humana perante o fenómeno da guerra.

Refiro-me no primeiro caso, o de carácter militar, por um lado à decisão do General Comandante do Corpo de Exército inglês, Tenente-general Haking, em determinar às suas tropas “a defesa até à morte da Linha B”, linha que passava a ser a linha principal de resistência da Divisão.

Coartava assim aos comandos subordinados qualquer capacidade de manobra ou defesa em profundidade embora se contradisse-se mandando guarnecer a defesa da Village Line com a reserva da divisão. O terreno era impróprio para uma defensiva de posição a todo o custo.

Este conceito estratégico, ainda que tivesse havido hipótese de o alterar durante a batalha, viria a ser impossível transmiti-lo às tropas, já que se verificou, com várias horas de preparação da artilharia alemã, antes da ofensiva sobre as linhas defensivas aliadas, o imediato corte generalizado das transmissões, ficando as tropas e os comandos completamente isolados durante horas, desconhecendo os comandos superiores o que se passavam na frente e as unidades na frente o que se passava a seu lado.

A ligação doutrinariamente feita da frente para a retaguarda e da esquerda para a direita desapareceu, tendo havido um esforço grande dos escalões superiores em estabelecerem essa ligação da retaguarda para a frente através de estafetas auto, ciclistas e finalmente a pé.

A eficácia da artilharia inimiga, 1 500 Bocas de fogo de grande calibre sobre 15Km de frente afetando decisivamente o sistema de transmissões, retirou toda a capacidade de comando e controlo às forças aliadas, nomeadamente ao CEP e criou o caos, deixando cada um senhor do seu destino, ao mesmo tempo que impedia a transmissão oportuna de qualquer alteração da manobra estratégica previamente concebida. Antes da Segunda Divisão portuguesa ceder, seria mesmo a quadragésima divisão inglesa no seu flanco esquerdo a fazê-lo perante o ímpeto do ataque inimigo.

Permitam-me, seguidamente uma referência de carácter humanista e tolerante e de muito respeito e admiração por todos os que se bateram em condições extremas, que por vezes exigiram decisões extremas.

Não é nosso propósito contestá-las. É nosso propósito honrar a memória dos que caíram e dos que se bateram, incluindo nestes os que um dia fracassaram. Entre os que fracassaram pelo seu comportamento no campo de batalha, evidencia-se pela decisão extrema que provocou e sofreu, o soldado João Augusto Ferreira de Almeida, de 23 anos de idade, único militar português fuzilado em julgamento sumário entre as forças do CEP.

Contrariamente ao que sucedeu no exército Francês, 600 fuzilados, fora as execuções sumárias não contabilizadas, no Italiano 750, no Inglês 306, no exército do Canadá 25, no americano 11, no da Nova Zelândia 5 e finalmente no da Alemanha 48.

A análise do processo conhecido leva-nos quase cem anos depois, à luz dos direitos humanos hoje defendidos pela ONU e face a todas as condições criadas pela democracia, a constatar que o soldado Ferreira de Almeida, foi julgado sumariamente e fuzilado por uma intenção manifestada e não por uma ação praticada.

Durante o cumprimento de uma pena de sessenta dias de prisão, afirmou a 29 de julho de 1917, a camaradas seus, desejar passar para as linhas inimigas possuindo um mapa com algumas localizações das nossas forças. Uma vez denunciado, foi julgado em tribunal militar e fuzilado, sem que tenha sido atendido num segundo julgamento de recurso, sabendo-se da existência de antecedentes familiares de demência. Foram além disso confirmadas as suas ligações de trabalho em Portugal com um empregador alemão o que diminuía a sua noção do inimigo e das implicações que o seu ato a ser praticado teria.

Em todos os países atrás referidos, se têm desenvolvido ultimamente ações tendentes a recuperar a dignidade e a conceder perdão aos militares que em tempo de guerra sofreram esta punição extrema, muitas vezes em situações que hoje chocam, tendo alguns sido amnistiados a título póstumo.

A Liga dos Combatentes na evocação do Centenário da Grande Guerra, com o conhecimento que tem do processo acrescido o facto de o soldado Ferreira de Almeida se encontrar sepultado no cemitério de Richebourg, coval 19, fila 6, talhão B, junto de todos os seus camaradas de armas caídos durante o conflito, para onde foi trasladado vindo do cemitério de Lavantie, pensa ser oportuno sustentar uma proposta de reabilitação que contemple o perdão ou amnistia a título póstumo pela Assembleia da República e por sua Exa. o Senhor Presidente da República. Finalmente o terceiro aspeto que gostaria de sublinhar.

O Cristo mutilado durante a Batalha do Lys ou de Armentières, em Neuve Chapelle, é a materialização física da espiritualidade do soldado português perante os sacrifícios sofridos numa guerra, em que o limite entre a vida e a morte se refugia mais na fé do que nos meios que tem disponíveis para poder sobreviver.

A atitude de os soldados portugueses trazerem consigo para a retaguarda um Cristo mutilado encontrado no campo de batalha, foi talvez uma forma de sentirem que traziam consigo todos os camaradas caídos, mortos ou feridos que não conseguiram recuperar.

A decisão dos governos, português e francês, em acordar em trazer a imagem para Portugal nos anos 30 do séc. XX, colocando-a junto ao túmulo do soldado desconhecido na Batalha e que hoje está à guarda da Liga dos Combatentes, é o reconhecimento desse sentimento misto de camaradagem e de fé, que caracterizam o soldado português.

De facto, alguns de nós somos testemunhas oculares de que para além do Cristo das trincheiras os soldados portugueses conhecem hoje também o Cristo do Capim.

Na guerra em África era generalizada a presença de um Cristo nas unidades, edificando-se mesmo nelas, algumas igrejas com meios próprios de pau e zinco, para o culto religioso.

É real que o homem se aproxima de um Deus em momentos de perigo de morte evidente. E a guerra garante ao homem a presença permanente do perigo da morte e por isso o aprofundamento da fé e da aproximação do divino.

O Cristo das trincheiras da Grande Guerra é o mesmo Cristo do Capim que acompanhou as nossas forças durante toda a Guerra do Ultramar, o mesmo que nos olha do cimo da cruz sobre os túmulos dos soldados desconhecidos e o mesmo que em Aljubarrota inspirou o Padroeiro da Liga dos Combatentes S. Nuno de Santa Maria, bem presente neste Mosteiro.

Termino sublinhando a resultante do que acabo de evocar, a trilogia do sentimento da vitória, da fé e da tolerância.

Sentimento de vitória final que sempre tem surgido aos portugueses em momentos de crise ou guerra. Fé que os aproxima do divino em situações extremas individuais ou coletivas sempre que é evidente o sentimento de derrota ou de morte. Tolerância que sempre acaba por ter para como os que falharam ou fracassaram.

Foi com esta trilogia, de vitória, fé e tolerância que no passado os portugueses ultrapassaram crises e guerras e chegaram ao nosso presente.

É com o mesmo esforço na procura do sentimento de vitória, a mesma esperança do encontro da fé em situações extremas e a mesma tentativa de justificar a tolerância para com os que falharam ou fracassaram que, nas situações de crise em que vivemos, encontraremos as forças morais e materiais que nos conduzirão a um futuro melhor para nós, para nossos filhos e nossos netos.

Vivam os Combatentes por Portugal! Viva Portugal!

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO ÀS MÃES E AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR DA VILA DE RIBEIRÃO

1 de junho de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Quis a Liga dos Combatentes, juntamente com a Sociedade de Geografia, recordar o esforço despendido pela Nação Portuguesa, ininterruptamente e durante 14 longos anos, na Guerra do Ultramar. Meio século passado justifica por si só uma solenidade distinta das que ocorrem anualmente, reverenciando de modo especial todos os que se bateram e caíram ao serviço da Pátria em três Teatros de Operações, mas dando também o devido destaque ao colossal esforço militar sustentado durante tanto tempo pelas Forças Armadas Portuguesas e que teria permitido, se o regime assim o quisesse, optar por uma solução política que dispensasse o uso da força.

50 anos volvidos é também tempo, em meu entender, de olhar para o futuro daqueles tempos, ou seja, o presente e o passado recente de hoje, e dizer algo sobre questões fundamentais: preservou-se a herança de 500 anos vividos além-mar? Refundaram-se ou ter-se-ão perdido os laços multiseculares forjados entre gentes e culturas diferentes? E os militares? Alheios ou intervenientes? Porque sei a resposta dada por estes últimos, os de lá e os de cá, a minha intervenção alargar-se-á também a todos os militares portugueses que, desde 1990 e até hoje, na África lusófona, ali continuam Portugal. Agradeço ao meu prezado Amigo e atual e dinâmico Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, general Chito Rodrigues, o convite formulado para intervir nesta sessão solene.

Permitam-me, V. Exas. alguns, poucos, comentários prévios. Muito já se disse e escreveu e seguramente se dirá e escreverá, ao longo dos tempos, sobre este período-charneira da História de Portugal. Na mesa e entre a audiência registo a presença de muitos que sob perspetivas diversas, dedicaram a esta temática tempo e saber. Em tal quadro e face ao tempo disponível, por natureza circunscrito, logo escasso, limitar-me-ei a um perpassar de olhos, e não mais do que isso, sobre determinados factos e acontecimentos, e apenas alguns, que me pareceram relevantes para a abordagem que me propus. Em contrapartida poderá de aqui resultar, para quem viveu por dentro aqueles tempos, certo desconforto pelas omissões que notarão. Desde já as minhas desculpas.

Os primeiros sinais, fortes, de que se avolumavam as ameaças sobre o ultramar surgiram no ano de 1961, altura em que movimentos independentistas africanos provocaram em Luanda, a 4 de fevereiro, sérias perturbações da ordem pública e no norte de Angola, a partir de 15 de março, massacres indiscriminados de civis inocentes, entre os quais muitas mulheres e crianças de raiz europeia e africana.

Subitamente a questão do ultramar português chegou à ribalta dos noticiários de todos os continentes e passou a inscrever-se, como tema recorrente, em inúmeras chancelarias e nas agendas políticas de organizações internacionais, em especial da ONU. São bem conhecidas as profundas transformações por que o mundo passou logo após a Segunda Guerra Mundial, aí se evidenciando a questão colonial, ou melhor dizendo, a questão das colónias vinculadas a países europeus. Este tema tivera cobertura na Carta das Nações Unidas; em 1955 estivera na base da Conferência de Bandung; entre 1946 e 1962, provocara uma guerra perdida pela França na Indochina e outra concluída por de Gaulle com a independência da Argélia; gerara a rápida descolonização e a imediata independência, em 1960, de 16 novos países africanos. Em Portugal,

o regime adotou uma linha política bem conhecida e que passava pela irredutível preservação da integridade do ultramar, num espaço uno e indivisível que se estendia do Minho até Timor.

Os macabros e hediondos acontecimentos iniciados a 15 de março de 1961, no norte de Angola, chocaram profundamente a opinião pública internacional e os portugueses em particular, mobilizaram a comunicação social e determinaram da parte do governo resposta urgente e expedita. «Rapidamente e em força para Angola» foi a palavra de ordem que se ouviu da parte de Salazar. A Nação inteira aderiu e empolgada aplaudiu o embarque de forças militares para o norte de Angola com a missão de garantirem a segurança das populações ameaçadas e perseguirem e aniquilarem os autores dos morticínios ali praticados. No dia 1 de maio de 1961, a população de Luanda saudava entusiasticamente o desfile do primeiro grande contingente militar que partira de Lisboa, constituído por unidades aligeiradas de Infantaria, tipo batalhão e companhia, e que acabara de desembarcar no porto da capital angolana. Mas isto só fora possível porque o Exército, na década de 50, havia recolhido lições da experiência da França nas guerras da Indochina e, em especial, da Argélia, tendo um pequeno grupo de oficiais redigido toda uma doutrina de contrassubversão e de contraguerrilha, no imediato incorporada na doutrina militar portuguesa. Assim e ainda no ano de 1960, criaram-se as primeiras 4 Companhias de Caçadores Especiais, em meados desse ano embarcadas para Angola, por coincidência na altura da independência do Congo belga. Entretanto e sentida a urgência de se criarem forças com a missão especial de contraguerrilha, iniciou-se, logo em 1961, no norte de Angola a instrução e formação de unidades especiais, donde nasceriam os «Comandos».

Estes, até 1974, em Angola, Moçambique ou na Guiné viriam a ter uma ação destacada em operações de contraguerrilha, atuando isoladamente ou integrados em forças conjuntas. Esta fase, que se pode caracterizar de REACÇÃO, teve o seu ponto alto na arrancada heroica para a tomada de Nambuangongo. Três colunas para ali convergiram a partir de Úcua, de Quicabo e do Ambriz. A progressão fez-se por zonas quase inacessíveis ao longo de picadas que se confundiam com o mato denso. Levantaram-se centenas de abatisses, rodearam-se inúmeras covas dissimuladas nos trilhos, registaram-se dezenas de flagelações e emboscadas que provocaram 116 baixas entre mortos e feridos, mas, a 9 e 10 de agosto de 1961, atingia-se o grande objetivo político, psicológico e militar e era esmagada a efémera «república socialista de Nambuangongo» que os insurretos ali tinham querido implantar. A exploração deste sucesso, que teve repercussão internacional, traduziu-se no indispensável redimensionamento do dispositivo territorial militar, até então escassíssimo e incipiente, com importantes reforços chegados da metrópole durante o ano de 1962.

A esta fase seguiu-se um período mais longo em que o esforço militar foi orientado para a SUSTENTAÇÃO dos sucessos alcançados na contrassubversão e na contraguerrilha em Angola, bem como para responder às novas frentes abertas na Guiné, desde 1963, e em Moçambique a partir de 1964. Foi um trabalho insano ora pró-ativo, ora reativo. Assistiu-se a um reajustamento global dos três ramos das Forças Armadas para com os poucos recursos nacionais se empenharem decisivamente na batalha da contrainsurreição. Os resultados viriam a transcender os meios usados em combate, quantas vezes insuficientes ou obsoletos, o que se ficou a dever ao valor dos nossos combatentes e aos chefes militares e seus estados-maiores, exclusivamente portugueses, responsáveis pela condução da guerra.

Nos três Teatros de Operações (TO) e a par e passo com operações militares de quadrícula ou em grande escala, a cadeia de comando e a organização territorial passaram por sucessivos ajustes; a mobilização na metrópole para reforço dos 3 TO passou de 40422 militares em Dezembro de 1961,



para o dobro, 81549, em 1972; simultaneamente verificou-se um acréscimo significativo do recrutamento no ultramar que em 1966 era 30%, passou a 50% em 1970 e naquele nível se manteve até 1974; a máquina da logística militar dava provas de extraordinária eficácia organizando-se na metrópole e nos 3 T.O. de forma a responder com oportunidade às inúmeras solicitações das mais variadas classes de abastecimentos que lhe chegavam dos mais variados pontos daqueles territórios; o Serviço de Saúde Militar atingiu altos padrões de rendimento nos cuidados prestados a feridos em combate ou em acidentes, muito contribuindo para manter elevado o moral dos nossos militares; a instrução individual e coletiva foi sendo melhorada e adaptada ao tipo de guerra que se travava em Angola, Guiné e Moçambique; as unidades de quadrícula, paralelamente à atividade operacional, envolveram-se em ações de apoio e assistência às populações locais, a bem conhecida «ação psicossocial», de que resultaram benefícios para ambas as partes. Ainda e nesta fase, merece especial realce a estreita cooperação que se estabeleceu entre os três ramos das Forças Armadas nomeadamente em operações, mas não só.

Algumas palavras sobre a Força Aérea tendo como referência um escrito do meu prezado Amigo, General Aleixo Corbal, ex-Chefe do Estado-Maior. Foi no ano de 1959 que a Força Aérea recebeu ordem para dar início à preparação da sua instalação no então Ultramar. Em 1961 estavam surgindo as primeiras infraestruturas quer já numa fase adiantada de construção em Angola, quer em fase de arranque em Moçambique. A matriz para o melhor aproveitamento das capacidades do Poder Aéreo contemplava Bases Aéreas principais, Aeródromos Base, Aeródromos de Manobra e Aeródromos de Recurso os quais, no seu conjunto, garantiam a operação, o abastecimento e a manutenção dos meios aéreos existentes, desde o Transporte Aéreo Estratégico em ligação com Lisboa e o nível Teatro de Operações até ao apoio aéreo a ações de contraguerrilha, evacuação de feridos, ou transporte de pessoas e mantimentos. Uma palavra sobre os meios aéreos utilizados. Na generalidade eram obsoletos e inadequados. Efetivamente, com exceção dos helicópteros e dos aviões de transporte estratégico Boeing 707, estes adquiridos na fase final dos conflitos, os meios atribuídos contavam longos anos de uso e, dum modo geral, eram aeronaves tecnicamente ultrapassadas, muitas delas da geração da II Guerra Mundial. Todavia, mesmo com essa frota obsoleta e inadequada, e apesar da juventude e pouca experiência inicial de grande parte dos pilotos, foi possível manter, ao longo de treze anos, sem degradação dos níveis de segurança e com alto sentido de missão, um elevado nível de eficácia nas inúmeras ações realizadas em apoio das Forças de Superfície. Para além do Poder Aéreo, uma outra componente deste ramo teve acção destacada nos três T.O., e desde logo no norte de Angola, a partir de 1961. Refiro-me aos paraquedistas, criados na Força Aérea na década de 50, e que ao longo dos anos se distinguiram como força combatente de grande valor nos três Teatros de Operações quer em atuando isoladamente, quer em operações conjuntas.

Na breve, mas indispensável referência à Marinha serve-me de guia o meu prezado Amigo, já falecido, Vice-Almirante António Emílio Sachetti. Até 1960, pouco mais havia no Ultramar do que Serviços de Marinha que se ocupavam do fomento marítimo. Entretanto a evolução política no Continente Africano aconselhou a dar alguns passos para ali organizara Marinha Militar. Foram então definidas as seguintes missões gerais para a atuação da Marinha no Ultramar: - A defesa da linha de costa e dos portos dos diversos Territórios Ultramarinos; - A vigilância e a defesa das linhas de comunicações fluviais e lacustres, nomeadamente em Moçambique, em Angola e em toda a Guiné. Ir-me-ei fixar nesta segunda missão, reconhecendo embora a extraordinária importância que tiveram a criação e instalação dos Comandos Navais, os meios oceânicos empenhados (corvetas e fragatas) e bem assim a criação de infraestruturas navais, nomeadamente as de comunicações e as de apoio a Unidades Navais. Para operar em rios e lagos, houve que criar um programa de aquisição e de construção de lanchas complementado pela criação dos Fuzileiros

Navais. A classe dos Fuzileiros foi criada em princípios de 1961 e o primeiro Destacamento de Fuzileiros Especiais já estava em Luanda no final daquele ano. A 1ª Companhia de Fuzileiros foi criada um ano depois e até fins da década de 60 já haviam sido constituídas cerca de 30 unidades de fuzileiros atuando nos 3 TO.

No que se refere às lanchas, criaram-se inicialmente dois tipos de lanchas de fiscalização: pequenas, de 30 toneladas e grandes de 200 toneladas. Seguiram-se-lhes as lanchas de desembarque: pequenas, médias e grandes. Com estes meios e durante o ano de 1965 criaram-se as Esquadrilhas de Lanchas da Guiné, do lago Niassa e do rio Zaire. Na Guiné, em 1969, havia-se atingido o máximo de pequenas Unidades, com 39 navios. À eficácia do seu emprego e ao espírito de missão das suas guarnições muitas operações deveram o seu êxito, muitas unidades dos três Ramos deveram o permanente apoio logístico e operacional, muitas aldeias deveram o abastecimento regular e muitos elementos da população devem a vida. Uma última palavra à epopeia dos Fuzileiros e das guarnições que fizeram chegar por mar, comboio, estradas e picadas lanchas de desembarque pequenas e de transporte aos seus destinos nos rios do extremo leste de Angola: Zambeze (a 1772 quilómetros do porto do Lobito), Cuíto (distante 900 quilómetros do porto de Moçâmedes) e Cuando (a 1800 quilómetros de Luanda), bem como às águas do lago Niassa a cerca de 700 quilómetros do porto de Nacala.

Uma palavra sobre a situação económica e financeira do país. Recorro para o efeito a uma dissertação do Professor Dr. Jacinto Nunes, onde, após analisar os 3 Planos de Fomento de 1953 a 1973 e o Plano Intercalar de 1965 a 1967, concluiu e passo a citar: «A década de 60 e o início de 70 foram uma época de ouro para o crescimento da economia portuguesa. De 1960 a 1973, o produto per capita dos portugueses em relação à média dos 12 países da Comunidade subiu de 38% para 55%, isto é, de pouco mais de um terço para mais de metade». Fim de citação.

E no ultramar? Cinjo-me a Angola onde testemunhei o espetacular desenvolvimento económico e social que ali se registava, no ano de 1973, apoiado numas muito saudáveis finanças públicas. O Governo e os agentes económicos pareciam andar à compita para ver quem mais contribuía para a criação de riqueza. O espetacular desenvolvimento da rede viária associado aos progressos bem evidentes na educação e na saúde e à pujança da economia estavam proporcionando certo bem-estar generalizado e uma confiança enorme no futuro do território. Como dados estatísticos e por escassez de tempo, limito-me a anunciar que a Balança Comercial, a preços correntes, registava, em 1973, um saldo negativo para Portugal superior a 28 milhões de contos e em Angola um saldo positivo de 5,9 milhões de contos.

Mas na opinião pública do espaço europeu e também entre militares, à medida que o tempo passava, multiplicavam-se as interrogações quanto à persistência do imobilismo na orientação política em relação à guerra. O fenómeno da LASSIDÃO, típico das guerras prolongadas, vinha afetando claramente o moral das Forças Armadas, da juventude em geral e suscitava múltiplas críticas na sociedade portuguesa e no seio do próprio regime. Em relação às guerras no ultramar, constatava-se, em fins dos anos 60 e princípios de 70 que, com exceção das Forças Especiais - Paraquedistas, Comandos e Fuzileiros -, estas bem enquadradas e semiprofissionalizadas, a esmagadora maioria das unidades de quadrícula, Batalhões e Companhias do Exército, eram integradas por elevadíssima percentagem de oficiais e sargentos milicianos. Estes, no cumprimento dos seus deveres militares, no mínimo por 2 anos em qualquer T.O., viam os estudos e as carreiras interrompidos para além de se defrontarem, no final das comissões, com naturais dificuldades quer na retoma dos estudos, quer no acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, entre os militares do Quadro Permanente registava-se uma crescente tendência de passagem à situação de reserva, após 2, 3 e 4 comissões no ultramar, cada uma igualmente de dois anos, e um acesso decrescente de jovens às academias militares e às escolas de formação de sargentos.

No ano de 1973, a situação político-militar revelava significativas diferenças nos diversos Teatros de Operações. Angola era o território onde a situação militar se encontrava controlada e praticamente sem ações de combate nas duas frentes leste e norte. Em Moçambique registavam-se serias preocupações na região norte agravadas pelo facto de a FRELIMO ter alargado a sua área de operações em direção a Tete, marcando presença nas zonas circundantes dos trabalhos de construção da barragem de Cabora-Bassa. Na Guiné, o PAIGC, de dia a dia mais bem armado, opunha-se seriamente às nossas forças e, em 23 de setembro de 1973, proclamava a independência na «zona libertada» de Madina do Boé. Em Portugal surgem opiniões várias que apontam para o abandono daquele território. Esta tendência não triunfou, prevalecendo a tese da resistência para obviar ao indesejável efeito dominó nos demais territórios. Em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor a vida decorria com aparente normalidade. Macau, na sua especificidade, não era enquadrável nas situações anteriores. Surgiu, entretanto, o dia 25 de Abril, no ano de 1974. O império chegava ao seu termo. A sequência vertiginosa dos acontecimentos desencadeados pela revolução de abril é por demais conhecida e estes últimos têm vindo a ser descritos, interpretados, discutidos, investigados a partir dos mais diversos ângulos, dentro e fora de Portugal. E assim continuará a ser por certo ao longo dos tempos vindouros.

Mas, realidade incontestável, a população do espaço europeu de onde haviam partido as caravelas, cresceu subitamente à volta de 6%. Com muita gente enraivecida, furiosa, angustiada, perdida, deprimida, arredada do seu passado, com um presente miserável e sem futuro. Dos que aqui chegaram, entre meados de 1974 e outubro de 1975, mais de metade partira de Angola, e destes, cerca de 170.000 haviam utilizado os 905 voos da «Ponte Aérea». Complementarmente a esta operação foi acionada a «Ponte Marítima» que dos portos de Luanda, Lobito e Moçâmedes embarcou para Lisboa 260.600 m<sup>3</sup> de carga, em vinte navios cargueiros e 16.527 viaturas, em oito navios porta-viaturas. Estive por dentro de uma e de outra. Saí de Luanda a 10 de novembro, véspera da independência. Não é momento nem há tempo para descrever, sucintamente que fosse, a saga da integração de centenas de milhares de pessoas desesperadas, mas que no desânimo souberam reencontrar as energias dos desbravadores de sertões. Fui participante ativo, nesta fase da História recente de Portugal, desempenhando o cargo de Alto-comissário para os Desalojados, desde a criação do respetivo organismo, em setembro de 1976, até à sua extinção, a 30 de Agosto de 1979.

Paralelamente e no mesmo período, de 1975 a 1979, a História deixava a sua primeira pegada pós-independências com a assinatura dos Acordos Gerais de Cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

Ausente a vertente militar.

Todavia e ainda nesta década, o eco que nos começou a chegar de todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) trazia novas dos militares, nossos ex-inimigos. Desejavam encetar a cooperação com Portugal na área militar, onde quer que fosse possível, fazendo tábua rasa dos complexos ainda existentes em alguns «espíritos esclarecidos» da nossa sociedade. A resposta nacional não tardou, entusiasta, empenhada, mas dispersa e desconexa dado inexistir entre nós uma política de cooperação militar com os PALOP. Estas iniciativas, que cresceram ao

longo dos anos oitenta, viriam a dispor de um enquadramento formal após a assinatura dos acordos de cooperação militar, entre junho de 1988 e março de 1989, com Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, e Guiné-Bissau. Quanto a Angola e face à complexa situação interna ali vigente, a cooperação militar ascenderia ao nível institucional na oportunidade da participação de Portugal no Processo de Paz (de 1991 a 1993) e só viria a ser formalizada em outubro de 1996.

De algum modo associada à cooperação militar, mas num quadro específico, ocorreu, nos primeiros anos da década de 90, o primeiro grande movimento de militares portugueses, em especial do Exército, para dois daqueles países: Angola e Moçambique. Em ambos os territórios, as partes beligerantes envolvidas numa prolongada guerra civil, desde a altura da independência, haviam-se sentado à mesa das negociações, sob os auspícios da comunidade internacional. Os Acordos de Bicesse, relativos a Angola (MPLA e UNITA), foram assinados em Lisboa, em maio de 1991 e o Acordo Geral de Paz, respeitante a Moçambique (FRELIMO e RENAMO) veio a ser assinado em Roma, no mês de outubro de 1992. Ainda na fase das negociações e por desejo expresso de ambas as partes de cada um daqueles países, Portugal veio a assumir posição relevante nos dois processos e nos seus vários patamares: político, diplomático e militar. Se foi importante a participação política e diplomática de Portugal quer em Angola, quer em Moçambique, a presença de militares portugueses revelou-se extremamente profícua tendo adquirido grande visibilidade. Largas dezenas de oficiais e alguns sargentos e praças foram distribuídos quer pelas Missões Político-Militares que tudo fizeram para levar à prática as grandes linhas traçadas nos Acordos, quer em ações de Formação das futuras Forças Armadas de Angola e Moçambique, organizando estruturas de ensino, ministrando cursos e produzindo manuais e legislação. No terreno, unidades portuguesas integravam-se no dispositivo das Forças Multinacionais destacadas sob a égide da ONU. Acompanhei de perto muitas destas ações em gabinetes, em cursos que decorriam ou no terreno, quer em Angola, quer em Moçambique. E emocionei-me ao constatar que militares nossos, que nunca tinham estado em África, para além de competentes e dedicados, revelavam uma natural aptidão para bem-estar e saber bem lidar com as gentes africanas. Acreditei num código genético forjado em séculos de História comum.

Sabem-se os resultados. Em Moçambique, os irmãos desavindos souberam ultrapassar divergências. O acordo de Paz foi um sucesso total. Pelo contrário, em Angola registou-se um falhanço completo. A UNITA há que reconhecer, adotou uma posição radical e absolutamente contrária aos esforços da comunidade internacional. A guerra voltou a ensanguentar o solo angolano. Só terminaria em fevereiro de 2002.

A cooperação militar propriamente dita com os PALOP está indissociavelmente ligada à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), de que fui seu primeiro responsável, de julho de 1989 até dezembro de 2000. Entre as primeiras tarefas do novo organismo, coube-me delinear a institucionalização da Cooperação Técnico-Militar (CTM). Deste alicerce e sempre em sintonia com os militares e políticos dos PALOP foi crescendo um edifício sólido, harmonioso, paulatinamente acrescentado e reforçado ao longo da década de 90. Os contactos lá e cá passaram a ser frequentes; iniciaram funções as Comissões Mistas Permanentes com reuniões anuais ora em Portugal ora em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe; seleccionaram-se as grandes áreas onde se iriam desenvolver os projetos de cooperação militar - ORGANIZAÇÃO e FORMAÇÃO -; numa torrente imparável, dezenas e dezenas de oficiais e sargentos portugueses foram sendo destacados para cada um dos PALOP, ali permanecendo entre algumas semanas e largos meses, no acompanhamento de projetos concretos e alojados em residências próprias; criou-se a figura de Diretor-técnico (um de Portugal e um de cada PALOP)

para acompanharem no terreno o desenvolvimento de cada projeto, desde o arranque até ao seu termo e posterior sustentação.

Paulatinamente, o modelo soviético, que vigorava em todos aqueles países desde a independência, foi sendo substituído pela doutrina militar portuguesa.

A FORMAÇÃO decorreu lá, para grandes efetivos ou para normalização de doutrina, e cá, para quadros, especialistas e jovens - angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses - no Instituto de Defesa Nacional, nos então Institutos Superiores Militares, nas Academias Militares, em Escolas de Formação de Sargentos, em algumas Unidades Militares e também no Colégio Militar, no Instituto dos Pupilos do Exército e no Instituto de Odivelas.

Até ao ano 2000, largas dezenas de projetos se concluíram. Nenhum ficou pelo caminho. Nenhum se perdeu, salvo em caso de conflito militar, como na Guiné, após o levantamento militar de junho de 1998. Para isso, muitos oficiais portugueses dos três Ramos, com a natural preponderância do Exército, deram o seu melhor no conjunto dos PALOP, ali se desdobrando em trabalho de gabinete, desde assessores de grande parte dos Ministros da Defesa e dos Chefes Militares daqueles países ao exercício de funções docentes e à seleção e conceção de projetos para efeitos de aprovação. No terreno, contando com grande número de sargentos e algumas praças, igualmente destacados, orientaram escolas de recrutas ou a formação de especialidades e participaram ativamente na concretização dos projetos aprovados nas Comissões Mistas. Muito brevemente, que o tempo escasseia, deixem-me relevar alguns:

- Emblemáticos - Em todos os PALOP: feitura do ordenamento jurídico-organizativo dos sistemas da Defesa Nacional e das Forças Armadas, tendo em conta o diferente quadro político, estratégico, militar, económico e financeiro de cada país. Em Angola: Instituto de Ensino Superior Militar, Escola de Aviação e Banda das Forças Armadas. Em Moçambique: Academia Militar e Grupo de Escolas da Marinha.

- Com interesse para a sociedade civil - Em Moçambique: Laboratório de Análises Clínicas no Hospital Militar do Maputo. Na Guiné: Marinha Nacional com duas Lanchas de Fiscalização construídas no Arsenal do Alfeite; Sistema de Comunicações Militares ligando Bissau às principais unidades no interior do país; Companhia de Construções (com formação de pedreiros, carpinteiros, serralheiros, pintores e eletricistas); Centro de Manutenção e Reparação de Viaturas (com formação de mecânicos, bate-chapas, pintores,). Em S. Tomé e Príncipe: Sistema de Assinalamento Marítimo com a construção ou recuperação de todos os faróis e farolins do arquipélago; Pelotão de Construções (com formação de pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricistas).

- Criação de Unidades de Raiz Portuguesa - Fuzileiros, em Angola, Moçambique, na Guiné, e em Cabo Verde; Comandos, em Angola; Forças Especiais em Moçambique; Polícia Militar em Angola e em Moçambique.

Uma palavra final sobre a natureza das relações que se estabeleceram entre militares portugueses e de países africanos de língua oficial portuguesa. Porque a Cooperação Técnico-Militar tinha carácter institucional, as relações entre a parte nacional e os interlocutores de cada PALOP, aliás e naturalmente também assim respondidas foram sempre respeitáveis e respeitadas. Mas no decurso dos dias, fosse nas reuniões das Comissões Mistas ou no projeto menos relevante no

terreno, o coração da História falou mais alto e marcou a atmosfera do relacionamento entre portugueses e angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses. E foi bonito de ver e sentir por todos os que tivemos o privilégio de participar na CTM, a total ausência de complexos, o diálogo sem reservas, o espírito de fraternidade, uma natural afetividade, a confiança olhos nos olhos, a cumplicidade até.

Os militares, os de lá e os de cá, antigos combatentes ou das novas gerações, honrando os seus mortos que caíram nas guerras de África, reencontraram-se. E nesse reencontro, trilhando caminhos do futuro, sentiram-se irmãos «amarrados» por fortes laços que a História caldeou e herdeiros de uma herança comum de que as raízes profundas são a Cultura e a Língua Portuguesa. E em conjunto, lá e cá, fazem por merecer tal herança.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## HOMENAGEM AO GENERAL FRANCISCO DA COSTA GOMES LEVADA A EFEITO EM CHAVES NO DIA DO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

30 de junho de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmos. Senhores

Presidente da Câmara Municipal da Chaves; General Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas; General Chefe do Estado-maior do Exército; Presidente da Assembleia Municipal de Chaves; Deputados à Assembleia da República; Oficiais Gerais; Secretário-geral da Presidência da República; Diretor do Museu da Presidência da República; Entidades civis militares e religiosas

Minhas senhoras e meus senhores

É uma honra poder juntar-me a esta homenagem ao Marechal Francisco da Costa Gomes promovida pelas gentes da sua terra natal. Foi precisamente no passado dia 23 de setembro de 2013, a última vez que estive com o Marechal Costa Gomes. Permitam-me que comece, pois, por vos transmitir o monólogo que com ele tive enquanto Presidente da Liga dos Combatentes. Disse então:

“Estão perante nós os restos mortais de um Menino da Luz!  
O Menino da Luz que foi depois soldado!  
De um soldado que foi combatente!  
De um combatente que foi Marechal!  
De um Marechal que foi Presidente da República!  
De um Presidente da República que foi Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito.”

Hoje, dizia eu então, V<sup>as</sup> Exas juntaram-se à Liga dos Combatentes, para acompanhar os recentemente exumados restos mortais do Marechal Francisco da Costa Gomes, a esta cripta no talhão da Liga dos Combatentes no cemitério do Alto de S. João em mais uma homenagem à sua memória.

Junta-se a 7.400 soldados de Portugal que aqui têm um espaço perpétuo, ficando lado a lado com o Marechal Gomes da Costa e o Marechal Spínola, marechais combatentes do Séc. XX.

Aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver ou servir recordam o camarada, o chefe, o comandante, o comandante-chefe ou o presidente da república que serviu as forças armadas, Portugal e os portugueses num período difícil da sua história numa forma influente, exemplar e muito própria.

Quiseram as circunstâncias que um seu subordinado direto em campanha aqui estivesse hoje como Presidente da Liga dos Combatentes, neste momento singular, a recordar e a testemunhar as qualidades como Comandante-Chefe e a sua capacidade de audição, diálogo e decisão em ambiente de conflito que em Angola conduziram a resultados militares e políticos extraordinários, excecionais e muito importantes.

Sublinho igualmente a imagem de lucidez, tranquilidade e equilíbrio que paira no imaginário dos portugueses, quer na sua ação do período do 25 de Abril, quer quando, como Presidente da República, criou as condições que permitiram encontrar o caminho da democracia.

Também lhe dizemos que recordámos com saudade a sua esposa D<sup>a</sup> Estela, que tão dedicadamente sempre o acompanhou, e a quem tão profundamente se dedicou. Aos portugueses, a Liga dos Combatentes garante que os restos mortais do Marechal Francisco da Costa Gomes continuarão vivos na cripta dos marechais do talhão da Liga dos Combatentes do cemitério do Alto de S. João, onde irá definitivamente repousar ao lado dos seus soldados.

A Liga dos Combatentes cumprirá o seu lema: nunca o esquecemos, nunca o esqueceremos, foi soldado de Portugal.”

Este encontro deu-se 12 anos depois de com ele ter estado pela última vez na Basílica da Estrela, no dia 1 de agosto de 2001.

O tempo acabava de pôr fim à sua vida. Junto à sua urna revivi 30 anos de amizade e 2 anos de convivência em situações difíceis de campanha com um HOMEM que comandara 62.000 homens dos quais mais de 40% de cor, e com eles obtivera uma vitória militar numa guerra de guerrilha que a História um dia reconhecerá.

Senti-me então naquele momento triste, mas interiormente recompensado e feliz por ter partilhado a sua amizade e dele ter estado muito perto nas difíceis decisões que tomou em Angola, ter sido um dos 62.000, ter sentido os seus problemas, as suas angústias e por vezes a sua revolta contida e as suas alegrias.

Convivi intensamente com o Marechal Costa Gomes num período da sua vida militar e foi como militar que o conheci e admirei. É fundamentalmente nessa vertente que falarei do Marechal Costa Gomes, Comandante-Chefe das forças armadas em Angola e depois Marechal.

Angola, no ano de 1970, conheceu um novo Comandante-chefe das suas Forças Armadas: General Francisco da Costa Gomes.

Recordo o dia de março daquele ano em que o conheci. Estando no átrio da Fortaleza onde se encontrava instalado o Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, aguardando uma audiência do ainda Comandante-chefe General Anacoreta Viana, levantei-me e fiz o cumprimento militar. Sabia que ia ser o meu novo Comandante-chefe. Não sabia que iria ser, após dois anos de trabalho conjunto, em ambiente de guerra, um amigo. Como Major, desempenhava as funções de Subchefe da Repartição de Operações do Quartel General da Região Militar de Angola, num período em que a guerra se desenvolvia de uma forma menos clara para as Nossas Forças. Enquanto o inimigo mudara o esforço da sua luta do Norte para o Leste de Angola desde 1966, e ameaçava agora alcançar o planalto de Nova Lisboa, as nossas Forças continuavam a exercer o esforço no Norte de Angola desde 1961.

O General Costa Gomes assumiria o seu Comando de modo SÓBRIO e SIMPLES. Passados alguns dias fui surpreendido pela primeira ação de comando do novo Comandante-chefe. Um ofício com meia dúzia de linhas dirigidos aos três Comandantes das Regiões Militar, Naval e Aérea, caía sobre a minha secretária. O seu conteúdo marcar-me-ia profundamente. Determinava apenas que a guerra devia ser conduzida de forma mais HUMANA possível. As aparentes pequenas coisas marcam os Grandes Homens.

Marcou assim em permanência a conduta das operações em Angola. E este conceito estendia-se tanto às populações sob controlo das nossas forças, como às populações sob controlo do



adversário como aos elementos capturados em ações de guerra. Determina então a investigação no âmbito da Disciplina sempre que algum caso menos claro sucedesse.

Em maio de 1970, cerca de dois meses após assumir o comando, foi-me determinado que, como responsável então pela Repartição de operações da Região Militar de Angola, e na presença do meu Comandante da Região Militar General Oliveira e Sousa e do seu Chefe de Estado-maior hoje General Altino de Magalhães, fizesse uma exposição sobre o estudo da situação operacional que havia feito.

Em síntese, propunha que o esforço da ação estratégica operacional em Angola mudasse de Norte para Leste. O inimigo ameaçava o coração de Angola, Nova Lisboa. Estávamos em 1970. Sem reforços a vir de Lisboa, a alteração profunda do dispositivo implicava coragem para retirar forças de zonas tradicionais do conflito e a necessidade de disponibilizar sete batalhões para reforçar o Leste, a obter do Norte e do Centro, implicava a mudança do esforço operacional e logístico e o emprego total das reservas logísticas disponíveis das forças terrestres.

A Força Aérea igualmente teria que alterar o seu esforço operacional e logístico. Foi a maior operação em Angola após 1961 Depois de três horas de exposição arrisquei a pergunta: “- Então, meu General, qual é a sua decisão?”. Numa voz característica e inconfundível respondeu: - “Isto é para executar

A capacidade de análise de situações difíceis servida por uma inteligência e astúcia invulgares permitia-lhe dois meses após a assunção do comando tomar uma decisão que se impunha, mas que se vinha arrastando havia longo tempo. Este dia marcaria decisivamente a conduta da guerra em Angola e a História das operações. E o General Costa Gomes decidiu.

Com base nessa concordância verbal e por diretivas sucessivas da região militar, a partir de maio de 1970 e até outubro desse ano foi preparado o novo dispositivo e composição das forças da zona militar leste que o novo comando viria a assumir a partir de março de 1971.

Na sequência desta profunda remodelação da manobra estratégica e do dispositivo que ao longo de meses foi materializando o esforço militar a Leste, a 13 de novembro de 1971, o General Costa Gomes apresentava em Conselho Provincial o seu conceito para a defesa de Angola que viria a ser aprovado por despacho do MDN de 8 de fevereiro de 1971.

Também pela primeira vez em Angola o Comandante-chefe assumia finalmente o Comando Completo das forças terrestres, navais e aéreas passando a dispor para isso de um quartel-general que até aí não tinha.

Com Coragem e rompendo as rotinas da conduta da guerra, passa ao seu comando operacional todos os comandos e forças. (Dir 1/71)

A Lucidez Estratégica desta decisão daria novo impulso à conduta da atividade operacional. A centralização do Comando nas suas mãos não significava ânsia de poder, mas realismo estratégico. A Autoridade que acabava de assumir iria ser em parte delegada nos comandos subordinados.

Na Zona Militar Norte a área dos Dembos (Área Militar NR1) e a contenção da subversão para Sul, continuavam a merecer um cuidado especial como que definindo um esforço secundário.

Sempre Atento, Profundo Conhecedor do problema operacional e logístico, contemplado pela experiência de comissões em Macau e Moçambique, nunca utilizou esse palco para se evidenciar ou agir negativamente contra qualquer seu subordinado. Impunha-se pelo seu Tratamento Afável e Amigo.

Sempre cuidadoso no exercer da autoridade e no contacto com os seus subordinados. Quando um dia durante a materialização do esforço a Leste foi decidido criar um sector nas Lundas e foi necessário nomear um Comandante de Sector, normalmente oficial general, entre os Comandantes de Batalhão, que eram Coronéis, determinou-me que me deslocasse especificamente a Dala e a Henrique de Carvalho para que verbalmente transmitisse pessoalmente as intenções do Comandante-chefe e foi com a compreensão e aceitação dos próprios que a decisão foi tomada.

De Contacto frequente com as unidades, menosprezando as comodidades pessoais, mas sempre atento e Exigente no bem-estar das suas tropas, usando um camuflado que lhe emprestava uma figura inconfundível, sugerindo por vezes um Bonacheirão Interiormente Determinado, nunca o vi deixar de fazer o Sinal da Cruz sempre que iniciava uma viagem de viatura ou de avião, para efetuar visitas ou Dirigir Operações ao seu nível.

As relações com Lisboa, discretas, nunca foram teatrais e sempre através dos Relatórios Trimestrais de Comando transmitiu de forma corajosa, frontal e verdadeira a situação que se vivia.

Um dia determinou-me que o acompanhasse a Lisboa, onde vinha fazer uma exposição ao Conselho de Defesa Nacional. Após a exposição verifiquei que os outros Comandantes-chefes, de Moçambique e da Guiné, haviam feito uma intervenção na Televisão. Sugeri e insisti com o General Costa Gomes para que também o fizesse. Respondeu-me que não o faria. Que a guerra se ganhava no terreno e não na propaganda televisiva. Mais uma vez a sua Modéstia Autêntica, a Medida Convicção nas Atitudes e o Bom Senso se me revelaram.

Começavam a estar concluídas as profundas alterações estruturais e a sentir-se a sua ação de Comando quando um dia recebeu, em Nova Lisboa, uma delegação dos Deputados da Assembleia Nacional, incluindo deputados da Ala Liberal e lhes apresentou um extenso briefing da ainda difícil situação operacional, da contrassubversão e de ação psicológica relativa ao inimigo e às nossas forças. Após os briefings dos seus oficiais de estado-maior, limitar-se-ia a dizer: “Esta é a situação que se vive em Angola. Têm alguma pergunta a fazer?” Um Notável Chefe Militar escondia-se na sua modéstia na sua modéstia e na sua contenção política.

Os resultados de todas as medidas tomadas no âmbito da Contrassubversão incluindo o vetor militar, onde nunca menosprezou as informações, começavam a dar o seu resultado. Por seu lado, a ação de comando civil – militar na ZML mostrava-se extremamente positiva na redução da atividade inimiga. Altamente positivos seriam os anos de 1972 e 1973 onde, para além da coação militar, procurou o Diálogo com sectores adversos. No ano de 1974, quando ocorre o 25 de Abril, podia afirmar-se que militarmente a atividade inimiga estava reduzida a uma pequena bolsa nos tradicionais Dembos e a vida decorria em Angola com normalidade e assinalando desenvolvimento.

O General Costa Gomes podia sem dúvida ser apontado como o Homem que, como Comandante-chefe das Forças Armadas de Angola, obtivera uma vitória militar neste tipo de guerra subversiva.

Só por isso mereceria a honra de ser elevado à Dignidade de Marechal como outros Grandes Chefes Militares Contemporâneos o foram, por feitos militares.

Regressei a Lisboa primeiro que o Comandante-chefe que me habituei a admirar. Em janeiro de 1975, já Presidente da República, convidou-me para a sua casa militar. Respondi-lhe que se entendesse que eu não deveria ser mobilizado, estando para o ser, que me nomeasse para a sua casa militar. Não o fez.

Fui nomeado para Macau. Várias vezes me disse que eu não quisera voltar a trabalhar com ele.

Quando no chamado verão quente de 1975 era então major, de Macau trouxe a proposta do Estatuto de Macau e a legislação necessária à reorganização das Forças Armadas e Militarizadas do Território, após três meses de dificuldades, foi a sua intervenção e decisão que conduziu o processo com a Sabedoria Política necessária à sua aprovação pelo Conselho da Revolução.

Quando interpretando a carta de comando do Comandante-Chefe para reorganização das forças armadas e militarizadas lhe disse pensar manter apenas uma companhia das FA em Macau, disse-me: “Um pelotão chega”. Interpretei esta sua resposta como não sendo de manter qualquer elemento das forças armadas no território e a Segurança externa dever ser feita, de facto, através de meios diplomáticos. E assim aconteceu.

Em Macau o ano de 1975 foi tão quente como o Verão quente de 1975 em Lisboa, e o viria a ser também em Timor. A contradição entre os militares em serviço em Macau agudizou-se e alguns viam a sua comissão de serviço no território terminada, por despacho do Governador e Comandante-chefe. Desempenhava eu então as funções de Chefe de Estado-maior do Comandante-chefe.

Face aos acontecimentos de maio de 1975, foi recebida uma mensagem da Presidência da República a mandar comparecer o Governador em Lisboa. Foi então decidido que viria eu a Lisboa. Fui recebido pelo General Costa Gomes. Tivemos uma longa conversa em que lhe transmiti o que acontecera em Macau. Durante a conversa não obtive qualquer sinal do que iria acontecer. Terminado o encontro, e quando ele próprio me abria a porta para me despedir, perguntei: “Meu General, o Governador fica, não fica?”. Respondeu: “Fica”. Mais uma vez curto, preciso e conciso. Tal como fizera quando em Angola me disse: “isto é para executar.”

Os caminhos e as missões nos anos que se seguiram afastaram-nos naturalmente. Apenas nos encontrávamos em reuniões sociais. Aí disse-me um dia: “Estão as escrever as minhas memórias em Coimbra. Gostaria que me desse alguns elementos sobre o nosso trabalho em Angola.” Assim fiz. O livro “O último Marechal” ignora esse facto, embora ele estivesse pessoalmente convencido que ali lhe seria dado o devido relevo. Felizmente o General Costa Gomes e Comandante-Chefe que eu conheci nada têm a ver com o Marechal ali entrevistado.

Decidi então escrever uma Carta Aberta ao Marechal Costa Gomes, que lhe transmiti, mas nunca viria a publicar. Hoje que na sua terra, se homenageia o Homem que conheci, e dado que o livro “O Último Marechal” permanecerá, é o momento para publicamente e democraticamente dar a conhecer o que transmiti ao Marechal Costa Gomes sobre o livro que retracta alguém que felizmente eu não conheci. Ficaria mal com a minha consciência se o não fizesse hoje revelando parte dessa carta. Escrevi então:

“Achei natural V. Ex<sup>a</sup>. ter-me pedido, há mais de um ano, alguns elementos sobre a guerra em Angola do período em que a vivemos muito próximos, tendo mesmo referido que um entrevistador um dia contactaria comigo para o efeito, o que nunca viria a acontecer.

Nem estranhei quando uns dias antes do lançamento do seu livro V. Ex<sup>a</sup> me tenha dito publicamente que ia fazer o lançamento do mesmo e que eu seria sua testemunha. Li-o nessa noite, em especial o que dizia respeito à chamada guerra em África. Fiquei ao mesmo tempo triste e com um certo sentimento de revolta. Perplexo e com um sentimento de dúvida sobre o conteúdo do livro, as intenções da investigação e os verdadeiros objetivos de V. Ex<sup>a</sup>.

O Marechal anti Colégio Militar, anti cadete, anti farda, anti Exército, anti Forças Armadas, antiguerra contra os guerrilheiros, antiguerra colonial, antipolítico, anti Kaúlza, anti Spínola, antirrevolucionário, antirregime, enfim até anti Costa Gomes, tal como eu o conheço.

Meu Marechal será possível tratar o problema de Angola tão ligeiramente como seja reduzi-lo ao problema dos Flechas, da PIDE, dos Catangueses e dos GE? Resolver o problema de Angola atingindo o objetivo estratégico da conquista das populações, negando o combate contra os guerrilheiros e consequentemente os próprios Planos de Contrassubversão e Plano da Manobra Militar. Não, o meu Marechal não escreveria este livro. Este não é o livro do militar brilhante que obteve resultados de natureza militar ímpares no âmbito do combate a uma situação de subversão.

Mas o que me preocupa mais é estar convencido de que o Senhor Marechal estava convencido que o seu livro ia referir isso. Só assim V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> me poderia ter considerado como sua testemunha no livro dois dias antes do seu lançamento. Ou seja, o livro que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> julga que foi publicado afinal não o terá sido. Aquilo que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> julga que consta do livro afinal não consta. Embora na sua apresentação tivesse sido referido que o que dele consta, ou não, teve sempre o acordo do meu Marechal.

Termino informando o meu Marechal de que não encontrei nada neste livro em termos militares de que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> me pudesse considerar sua testemunha, embora V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> esteja convencido disso. Este não é o seu livro. Este é o livro do Último Marechal e V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> não será certamente o último Marechal das Forças Armadas Portuguesas. Não deixe de contar com a minha amizade e é por seu amigo que decidi dar publicidade a este meu sentimento.”

Foi posteriormente publicada uma biografia do Marechal Costa Gomes intitulada “Marechal Costa Gomes no centro da tempestade” de autoria de Luís Nunes Rodrigues, que retracta condignamente a figura do homenageado de hoje. Não conheço o autor, mas recomendo a sua leitura.

O Marechal Costa Gomes nascido nesta cidade há precisamente 100 anos, ano do início da I Grande Guerra, foi marcado por uma juventude a quem faltou muito cedo o pai, combatente em África, razão pela qual facilmente entrou no Colégio Militar (1924), onde se integrou naqueles a quem a família se contactava de ano a ano, face às dificuldades financeiras e às deficientes acessibilidades que então caracterizavam o seu berço natal.

Isso permitiu-lhe conhecer as vantagens de ser Menino da Luz e os inconvenientes de um duro internato e de uma dura vivência com um violento ambiente social e político de Lisboa, que o marca definitivamente para o enfrentar da vida, resolvendo os seus próprios problemas a sós e

pensando pela sua própria cabeça. A formação que, já militar, decide fazer licenciando-se em Matemática no Porto, dá-lhe o estilo sintético, de poucas palavras, de rigor e sobriedade que o marcará a vida inteira. Uma leitura da sua vida militar permite rapidamente concluir que terá sido no seu tempo de jovem oficial, capitão e major, o melhor conhecedor do então Ultramar, como militar e político (secretário de Estado do exército), nomeadamente antes de 1961, onde tem uma opinião concreta e estratégica sobre qual deverá ser em termos militares o posicionamento político no Oriente português

Reduzindo ao mínimo os efetivos militares na Índia, Macau e Timor, por militarmente indefensáveis, não teve ouvidos em termos políticos, tendo resultado daí missões políticas atribuídas, que não corresponderam ao pensamento militar e meios disponíveis.

Depois de 1961 como Comandante de Moçambique e de Angola em situação de conflito e ambiente de guerra subversiva e de guerrilha, com a sua experiência militar e política, tornou-se o Comandante – Chefe que utilizando em menor grau a propaganda que a televisão e os órgãos de comunicação social proporcionam, atingiu os melhores resultados em campanha. A ideia do homem indeciso, que alguns lhe criaram, não corresponde ao seu comportamento mental. De facto, as suas decisões surgiram sempre que todas as incógnitas tivessem sido resolvidas e o resultado matemático correspondia à decisão final que tomava. Até lá, parecia que estava em expectativa estratégica ou num mundo à parte. Por isso, após decidir, era firme. A ação do General Costa Gomes como Presidente da República é conhecida. A imagem que ficou é de que no período revolucionário ele foi o fiel da balança que evitou a guerra civil.

Já não direi o mesmo quanto à forma e o momento como decidiu declarar a independência de Angola. Após deixar o cargo de Presidente da República, e tendo-se mostrado disponível para continuar a ser útil ao País, não foi possível encontrar através dos poderes instituídos, uma função que fosse consensual. Em face disso, aderiu ao Conselho Mundial da Paz, e desenvolveu atividades de âmbito internacional a favor da Paz e do desarmamento, nomeadamente do nuclear.

Quando um dia lhe perguntei porque tinha optado por fazer parte deste grupo internacional, respondeu-me que apenas se batia pelo desarmamento e pela paz e que isso era uma forma de ser útil ao País e ao mundo. A controvérsia que por vezes atravessa o horizonte nas referências que lhe são feitas, são grão de areia na extensa praia dos Ímpares, Variados e Relevantes Serviços que o Marechal Costa Gomes prestou a Portugal como militar, político e como Cidadão, em amplos e diversificados Teatros de Operações, como Comandante-chefe das Forças Armadas e com Presidente da República.

Por tudo isto o Marechal Costa Gomes é hoje membro honorário da Liga dos Combatentes e membro de honra da Associação 25 de Abril. Não será por acaso que se ouvem repetidas vezes - e são pacificamente aceites pelos portugueses - as frases: - “A Guerra em Angola estava ganha” e “evitou a guerra civil”. É esta a Homenagem que os portugueses anónimos lhe prestam e continuarão a prestar. A minha homenagem, porque o vivi, foi escrever o que dele penso.

No centenário do seu nascimento foi uma honra para mim, poder dar o meu testemunho pessoal. Agradeço mais uma vez ter podido fazê-lo junto de vós neste dia.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## EVOCAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO INÍCIO DA GRANDE GUERRA

18 de outubro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Primeira Guerra Mundial. Primeira República. Liga dos Combatentes Trilogia que marca, ainda hoje, o século XX português. Sacrifício, Guerra. Solidariedade. Outra Trilogia que marcando toda uma época se transmitiu de combatente em combatente, de família em família, até aos nossos dias.

O 9 de abril, hoje Dia do Combatente, é no nosso sentir profundo, uma marca do conhecido esforço do soldado português ao longo das épocas.

O 11 de Novembro, Dia do Armistício, transformou-se no país e em toda a Europa, num verdadeiro Dia da Paz entre as Nações.

Nós, Liga dos Combatentes, herdeiros dos valores morais e materiais de uma História e de uma Tradição patriótica, humanista e cosmopolita, escrita pelos Homens-Soldados com suor e sangue português na lama europeia da Flandres e nas florestas e capins de Angola e Moçambique, aqui estamos mais uma vez, no centenário deste holocausto, testemunhando e dizendo em voz forte: A Liga dos Combatentes não esquece nem esquecerá.

E a estrada da História marcou-nos, geração do fim do século XX, com fenómeno semelhante atirando-nos para terras africanas à procura da forma de melhor defender os interesses vitais do país, com os sacrifícios e o sangue que só a Pátria tem direito de exigir.

Hoje, somos conhecedores da misericórdia, solidariedade, apoio mútuo que ao longo de quase um século, a Liga dos Combatentes vem garantido a combatentes deficientes, traumatizados, idosos, carenciados, excluídos socialmente incluindo suas famílias, numa ação complementar dos deveres do Estado, sem nunca ter fechado as suas portas.

Isto permite-nos gritar bem alto, àqueles que se batem hoje fora das fronteiras do país, na defesa dos interesses nacionais, que vale a pena respirar o ar do dever cumprido. E se algum dia, após o regresso, a vida os trair, sabem que existe uma Instituição Perene que os apoia hoje e apoiará no futuro.

O Passado, o Presente e o Futuro, trilogia da Vida conjugam-se na Liga dos Combatentes, desde a Primeira República aos nossos dias, sempre da mesma forma:

- Promoção dos Valores;
- Prática da Solidariedade;
- Permanente defesa dos direitos e deveres do Combatente português.

Esta filosofia e princípios reafirmamo-los hoje na evocação do centenário da Grande Guerra.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## 96.º ANIVERSÁRIO DO DIA DO ARMISTÍCIO, 91.º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES E 40.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR E EVOCÇÃO DO CENTENÁRIO DO INÍCIO DA GRANDE GUERRA

8 de novembro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e Vogal de Honra do Conselho Supremo, General Pina Monteiro

Uma vez mais está V. Exa. connosco, o que muito nos honra, e nos dá a garantia da continuação do seu testemunho permanente de apreço, compreensão e apoio objetivo dos fins patrióticos e humanitários que a Liga dos Combatentes prossegue.

Agradeço a V. Exa. a disponibilidade para presidir a esta cerimónia tão significativa para nós combatentes da Guerra do Ultramar e das Operações de Paz e Humanitárias no momento em que evocamos datas significativas e heroicas das Forças Armadas Portuguesas.

Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Dra. Berta Cabral, o mais alto representante do governo português presente nesta histórica e tradicional cerimónia. Responsável política direta para os assuntos referentes aos Combatentes e à Liga dos Combatentes em particular, é de toda a justiça testemunhar publicamente a atenção e esforços permanentes para humana e politicamente responder às solicitações que têm sido apresentadas a V. Exa.

Ao Exmo. Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, hoje convidado de honra para, como é tradição, proferir a oração sobre o tema geral O Combatente, a Guerra e a Paz, queremos agradecer profundamente a sua disponibilidade por ter alterado a sua agenda para aqui estar hoje connosco.

A presença de V. Exa. nesta cerimónia onde o capacete tem a mesma simbologia que a mediática e britânica papoila, mas fica sistematicamente no esquecimento mediático ao contrário desta, esperamos, dizia, nos traga mais uma das suas lições magistrais e simultaneamente dê a esta cerimónia a visibilidade que merece reforçando, à luz do dia, o testemunho do valor dos serviços prestados pelo soldado português ao país e do respeito, reconhecimento e apoio que a Instituição Liga dos Combatentes confere que um dia defenderam Portugal de armas na mão. O muito obrigado dos Combatentes por Portugal por estar hoje connosco.

Exmo. Senhor Chefe do Estado-maior da Força Aérea; Chefe do Estado-maior da Armada; Chefe do Estado-maior do Exército; Comandante-geral da GNR; Diretor Nacional da PSP; Exmos. Senhores Deputados da Assembleia da República; Senhor Presidente da Junta Freguesia de Belém; Exmo. Senhor Presidente da Comissão Coordenadora da Evocção do Centenário do início da Grande Guerra; Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais; Senhores Presidentes da Souvenir Française; Senhor Presidente da British Legion; Senhores Presidentes das Associações de Combatentes, Senhores Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes

Caros Combatentes  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Muito conscientemente vamos invocar nesta cerimónia algumas efemérides que nos tocam profundamente. Todas elas têm um denominador comum: o valor da Paz e da Solidariedade. Ao evocar o 96º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, e o Centenário do seu início, bem como o 40º Aniversário do fim da Guerra do Ultramar, pretendemos sublinhar e salientar o valor da Paz e a inutilidade da guerra.

Ao evocarmos os 91 anos da Liga dos Combatentes, ao mesmo tempo que promovemos a sua história, queremos dar relevo à Solidariedade e Apoio Mútuo de que a nossa instituição é exemplo. A tradicional cerimónia de hoje, queremos integrá-la num conjunto numeroso e diversificado de ações e atividades que a Liga dos Combatentes tem tomado e irá tomar no ano em curso e seguintes, para evocação do Centenário da Grande Guerra. Distinguem-se no ano em curso cinco dezenas de exposições, das quais hoje poderemos apreciar duas no interior do Museu do Combatente, dezenas de conferências e apoios em Instituições públicas e autárquicas com material museológico, para além da cerimónia nacional que conduziu à colocação de 115 placas evocativas do Centenário, em todos os monumentos da Grande Guerra.

Evocando o centenário do início da Grande Guerra evocamos a tragédia em que o humano, o desumano e o divino se cruzaram na mente de muitos cidadãos europeus e combatentes e se cruzam sempre que fenómenos bélicos de tal dimensão aconteçam. A Liga dos Combatentes é uma das suas consequências, e é recetora de um dos maiores símbolos espirituais do século XX em Portugal e que tem à sua responsabilidade na Sala do Capítulo, no Mosteiro da Batalha: o Cristo das Trincheiras. Este símbolo, juntamente com as aparições de Fátima, constitui para a generalidade dos cidadãos combatentes e suas famílias e para milhões de portugueses, referências profundas de resposta e apoio em momentos de extrema dificuldade e de apelo à Vida e à Paz.

Em momento único e excepcional, a Liga dos Combatentes entendeu promover, com o apoio do Santuário de Fátima, uma ação evocativa extraordinária garantindo a presença temporária do Cristo das Trincheiras junto de Nossa Senhora de Fátima na grande exposição a inaugurar no Santuário de Fátima, a 29 de novembro próximo e, subordinada ao tema "Neste vale de lágrimas". Uma réplica fotográfica do Cristo das Trincheiras manter-se-á na Sala do Capítulo durante esta ausência, estando, contudo, garantida a presença do Cristo das Trincheiras na Sala do Capítulo na cerimónia evocativa do 9 de abril 2015.

Exceções são para criar momentos excepcionais.

Mas o nosso estatuto e universo leva-nos a igualmente recordarmos hoje que decorre este ano o 40º aniversário do fim da Guerra do Ultramar e o 40º aniversário do 25 de Abril, o que significa também 40 anos de Paz, de sólida, mas atribulada Democracia.

Neste lugar onde se reúnem vivos que então lutaram, como os seus camaradas caídos nessa longa e difícil campanha, cujos nomes a negro sobressaem na nossa frente em lápides brancas bem frias, assumimos as nossas virtudes e os nossos erros, testemunhamos o sacrifício heroico das nossas Forças Armadas e dos seus soldados, e levantando a nossa cabeça, afirmamos ainda hoje, bem alto a honra de, como militares, termos cumprido as missões que nos foram atribuídas.



O Séc. XX trouxe ao País três situações de conflito distintas e diversificadas, no emprego das Forças Armadas:

- Uma Guerra convencional de características específicas levada a efeito, na Europa e em África;
- Uma Guerra de guerrilha, em África;
- E Operações de Paz e Humanitárias na Europa, na Ásia e em África.

Todas elas com uma característica comum. Todas elas a milhares de quilómetros de Portugal Continental, sua base de retaguarda.

Nenhuma delas no tradicionalmente considerado território nacional. Grande e continuado esforço estratégico do povo português e suas Forças Armadas Grande vocação histórica. Grande País. Algumas palavras agora sobre o 91º aniversário da 1.ª Assembleia-geral da Liga dos Combatentes. A nossa instituição é uma das consequências felizes do fim da Grande Guerra. Em evocação de aniversário é lógico que se invoquem os seus fundadores e os que lhe deram continuidade. Mantêm-se vivos na nossa memória. No ano em curso continuamos desenvolvendo os nossos programas estratégicos e estruturantes.

- Estamos em fase de finalização das obras dos lares do Porto e Estremoz.
- Realizámos a 6ª operação no âmbito do Programa Conservação das Memórias em Moçambique, com a recuperação e exumação de mais 24 corpos e sua colocação no ossário de Nampula.
- Recuperámos o Cemitério de Pemba. Construímos novos ossários nos Núcleos de Leiria, Olhão, Pinhal Novo e Rio Maior.
- O Programa Cultura, Cidadania e Defesa viu-se enriquecido com uma frequência escolar no Museu do Combatente que merece referência, com novas salas de exposições nas instalações do Núcleo de Viseu, com a multiplicidade de exposições do Norte ao Sul do País e com a tertúlia Fim do Império a realizar a sua 95ª sessão e a publicação no dia 25 de novembro do seu décimo quinto livro da coleção.
- Assinalo ainda a edição da obra "Monumentos da Grande Guerra e da Guerra do Ultramar" e da assinatura de um protocolo com a empresa promotora do jogo estratégico e didático "Trench" (a trincheira).
- No âmbito do Programa Estratégico Estruturante "Cuidados de Saúde" foi criado um novo centro de apoio médico-psicológico e social na Beira Interior, e com o apoio da Senhora Secretária Adjunta e da Defesa Nacional, foi assinado um protocolo com a Cruz Vermelha e o IASFA, a fim de, em Ponta Delgada nos Açores, se conjugarem esforços para um melhor apoio em instalações e serviços das três instituições.
- Realizámos ainda as 1ªs Jornadas de Apoio Médico e Social.
- No que se refere ao Programa Inovação e Modernização assinalo o protocolo estabelecido com a Vodafone com vantagens exclusivas para os Associados da Liga dos Combatentes e para a própria Liga, o alargamento dos meios de apoio informático e a melhoria da dignidade de várias instalações da sede dos Núcleos.
- Criámos no ano em curso mais núcleos e recebemos novos membros.
- Finalmente, no Programa Passagem do Testemunho, para além das palestras realizadas para as Forças Nacionais a destacar, trouxe-nos já Presidentes de Núcleos que participaram nas operações de Paz e Humanitárias, e de Núcleos que têm já desses elementos nas suas direções.

- Rejuvenescemos.
- Termino esta minha intervenção reiterando os nossos agradecimentos a todos os presentes e sublinhando uma vez mais os momentos que marcaram o séc. XX e o princípio do séc. XXI na vida dos combatentes portugueses.
- A Grande Guerra que daria origem à II Guerra Mundial
- A guerra do Ultramar
- As operações de Paz e Humanitárias.

Hoje a Europa volta a vacilar quanto ao seu presente e ao seu futuro. Índícios técnicos voltam a evidenciar o valor do vetor militar ao serviço da grande estratégia e da grande política. Os interesses estratégicos de alguns podem ditar novos conflitos de dimensões incalculáveis. É vital o diálogo e a luta pela Paz. São duras as palavras do Papa Bento XV, em 1914, em plena Grande Guerra, no Dia de Todos os Santos. Dizia então: *Esta Guerra é o suicídio da Europa. Não parece haver limite para a destruição e carnificina. Dia após dia sangue fresco é derramado na terra. Devido a esse crime sem sentido, repito-vos: Paz na Terra aos homens de Boa Vontade.*

Que se não repitam erros do passado. Quanto a nós combatentes da Guerra do Ultramar, continuaremos a nossa luta pela garantia da honra aos mortos, pela garantia da dignidade dos vivos e pela perenidade da nossa Instituição. Permitam-me que termine poeticamente evocando o Homem Combatente, o Povo e o Divino.

### TRILOGIA DA FÉ

Ó Combatente que do povo emanas  
Ó Povo que Combatentes dás à luz,  
Da floresta, capim ou Pátria urbana  
É no vosso seio que a Fé se produz.

Perigo é companheiro do Divino  
De joelhos em terra ou olhar no céu,  
Sempre que a guerra vos marca destino  
E o medo levanta da morte o véu.

Crer algo transcendente que vos acuda  
Não importa origem ou natureza  
É próprio da trilogia que ajuda  
A história da Pátria, sua nobreza.

Medo coletivo, Individual.  
Luz de Fátima, Cristo das Trincheiras.  
Criações do soldado de Portugal  
Dos seus medos, coragens ou maneiras.

Vivam os Combatentes por Portugal  
Viva Portugal!

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## **APELO AO DIÁLOGO, À PAZ E À NÃO-VIOLÊNCIA, NOMEADAMENTE À ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. HOMENAGEM PROMOVIDA PELA EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA**

25 de novembro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Os dias e anos sucedem-se cheios de acontecimentos marcantes da vida dos povos. Em cada dia, no mesmo dia, pelo mundo inteiro, evocam-se as mais diversas efemérides da vida em sociedade, algumas delas de dimensão regional ou nacional e outras de dimensão global.

Essas efemérides marcam o ritmo da vida valorativa e ética dos povos, enfim dos valores por que se batem e em que acreditam.

Hoje, em Portugal, evoca-se uma efeméride de dimensão nacional, o 25 de novembro. A confirmação da liberdade e dos direitos humanos conseguidos no dia 25 de Abril de 1974, ficando assim reorientado o verdadeiro caminho para uma revolução democrática. A noção de liberdade surge porque foi posto fim a um regime autoritário que coartava liberdade e garantias independentemente do género.

Por seu lado, hoje na República Dominicana, a evocação tem por base o desejo da eliminação da violência contra as mulheres. Tomam por símbolo o sacrifício de três mulheres mortas, Teresa, Pátria e Minerva, por razões políticas atribuídas a seus maridos presos por um governo igualmente autoritário.

Esse acontecimento ultrapassou as fronteiras da República Dominicana teve repercussões globais, ao ponto da ONU se inspirar para a atribuição ao dia 25 de novembro da designação de Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra As Mulheres das Nações Unidas.

Portugal e República Dominicana evocam, pois, hoje princípios de Liberdade, e garantia dos direitos humanos aprofundando assim, em democracia, os direitos fundamentais e objetivos inerentes a qualquer sociedade civilizada: segurança, liberdade, justiça e bem-estar. Recuando ao fim do século XIX princípio do século XX, onde os direitos humanos eram significativamente diferentes para homens e mulheres surgem em Portugal diferentes movimentos tendentes a garantir às mulheres direitos e deveres até aí apenas atribuídos aos homens. Na defesa desses direitos e assumindo a liderança ativa e pública dessa luta surgem em Portugal diversas mulheres, entre as quais se distingue, Ana de Castro Osório.

Ana de Castro Osório (1872 - 1935) foi uma escritora, especialmente no domínio da literatura infantil, jornalista, pedagoga, feminista e ativista republicana portuguesa. Defensora de mulheres e crianças, desempenhou durante a sua vida funções de liderança em movimentos de apoio aos mais fracos.

Foi pioneira em Portugal na luta pela igualdade de direitos entre homem e mulher. Escreveu, em 1905, *Mulheres Portuguesas*, o primeiro manifesto feminista português.

Foi uma das fundadoras do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, da Associação de Propaganda Feminista, em 1911, da Comissão Feminina Pela Pátria, em 1916, a partir da qual se formou, no mesmo ano, a Cruzada

das Mulheres Portuguesas. Colaborou com Afonso Costa, na elaboração da Lei do Divórcio. Ana de Castro Osório foi igualmente Presidente da Associação das Sufragistas onde trabalhou em conjunto e estreita colaboração com Carolina Beatriz Ângelo.

Carolina Beatriz Ângelo (1878 - 1911), médica, Presidente da Associação de Propaganda Feminista (1911) e Vice-Presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), que viria a ser a primeira mulher com direito a voto nas eleições de maio de 1911, invocando a sua condição de chefe de família por viuvez. Foi pioneira em toda a Europa do Sul e na esmagadora maioria dos países. Recebeu reconhecimento nacional e internacional, o seu ato teve repercussões além-fronteiras e abriu portas à internacionalização do feminismo português, com a adesão, no mesmo ano, da Associação de Propaganda Feminista à *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA).

Abraçou o Pacifismo ao aderir, em 1906, ao Comité Português da associação francesa *La Paix et le Désarmement par les Femmes*; esteve na formação do Grupo Português de Estudos Feministas (1907-1908); emparceirou na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908-1911) e, em 1911, dando ênfase ao seu sufragismo, construiu com Ana de Castro Osório, a Associação de Propaganda Feminista.

Ana de Castro Osório, que através da Cruzada das Mulheres Portuguesas assumiu uma ligação profunda com a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, viria após a sua morte, em 1935, a ser homenageada pelos Combatentes com um busto de autoria do escultor, mestre João da Silva em 1936, e que se encontra na sala principal da Biblioteca da Liga dos Combatentes em Lisboa. É hoje um dos nossos símbolos.

É com muita honra que a Liga dos Combatentes recebe hoje o Sr. Embaixador da República Dominicana, D. Jaime Durán Hernando, também ele combatente pela liberdade do seu País. O nosso 25 de Abril de 1974, é para o Sr. Embaixador o seu 14 de junho de 1959, conjuntamente com Manolo Tavarez e as irmãs Mirabal, que hoje homenageámos. Fazemo-lo junto ao busto da lutadora pela igualdade de direitos, Ana de Castro Osório. Em conjunto com os Países Sul-Americanos que se quiseram juntar a nós, evocamos os direitos humanos e muito em especial nos curvamos por aqueles que caíram face à violência gratuita e sublinhamos a luta que as mulheres vêm travando ao longo de todo o século XX e XXI pela igualdade de direitos e pela eliminação da Violência contra as Mulheres.

25 de novembro. Numa palavra: paz

25 de novembro. Numa palavra: liberdade.

Continuemos a luta pela paz em liberdade e pela eliminação da violência, nomeadamente contra as mulheres.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## LANÇAMENTO DO 15.º LIVRO DA COLEÇÃO "FIM DO IMPÉRIO" - "O GENERAL EANES E A HISTÓRIA RECENTE DE PORTUGAL" DE M. VIEIRA PINTO OEIRAS

25 de novembro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmos. Senhores e Senhoras

Hoje é dia especial para Portugal e para o Mundo.

Os dias e anos sucedem-se cheios de acontecimentos marcantes da vida dos povos. Em cada dia, no mesmo dia, pelo mundo inteiro, evocam-se as mais diversas efemérides da vida em sociedade, algumas delas de dimensão regional ou nacional e outras de dimensões global. Essas efemérides marcam o ritmo da vida valorativa e ética dos povos, enfim dos valores por que se batem e em que acreditam.

Hoje, em Portugal, evoca-se uma efeméride de dimensão nacional, o 25 de novembro. A confirmação da liberdade e dos direitos humanos conseguidos no dia 25 de abril de 1974, ficando assim reorientado o verdadeiro caminho para uma revolução democrática. A noção de liberdade surge porque foi posto fim a um regime autoritário que coartava liberdade e garantias independentemente do género.

Por seu lado, hoje no Mundo Inteiro, a evocação tem por base o desejo da eliminação da violência contra as mulheres. Tomam por símbolo o sacrifício de três mulheres mortas, Teresa, Pátria e Minerva, da República Dominicana, por razões atribuídas a seus maridos presos por um governo igualmente autoritário.

Esse acontecimento ultrapassou as fronteiras da República Dominicana teve repercussões globais, ao ponto da ONU se inspirar para a atribuição ao dia 25 de novembro da designação de Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres das Nações Unidas.

Portugal e a ONU evocam, pois, hoje princípios de Liberdade, e garantia dos direitos humanos aprofundando assim, em democracia, os direitos fundamentais e objetivos inerentes a qualquer sociedade civilizada: segurança, liberdade, justiça e bem-estar.

Recuando ao fim do século XIX princípio do Século XX, onde os direitos humanos eram significativamente diferentes para homens e mulheres surgem em Portugal diferentes movimentos tendentes a garantir às mulheres direitos e deveres até aí apenas atribuídos aos homens.

Na defesa desses direitos e assumindo a liderança ativa e pública dessa luta surgem em Portugal diversas mulheres, entre as quais se distingue, Ana de Castro Osório. Defensora de mulheres e crianças, desempenhou durante a sua vida funções de liderança em movimentos de apoio aos mais fracos.

Foi pioneira em Portugal na luta pela igualdade de direitos entre homem e mulher. Escreveu, em 1905, Mulheres Portuguesas, o primeiro manifesto feminista português. Ana de Castro Osório, que através da Cruzada das Mulheres Portuguesas assumiu uma ligação profunda com a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, viria após a sua morte, em 1935, a ser homenageada pelos Combatentes com um busto de autoria do escultor, mestre João da Silva em 1936, e que se encontra na sala principal da Biblioteca da Liga dos Combatentes em Lisboa. É hoje um dos nossos

símbolos e símbolo da Igualdade de direitos e da Luta Contra a Violência em especial a Luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

Esta a efeméride internacional a que era importante hoje fazer referência e que curiosamente, por iniciativa da Embaixada Dominicana que evoca a morte das mulheres MIRBAL foi hoje evocada essa efeméride na Sede da Liga dos Combatentes junto ao Busto de Ana de Castro Osório, com a presença do Embaixador da Republica Dominicana, Reino Unido, África do Sul, Argentina, Colômbia, Bélgica, Qatar, e de Espanha.

Como disse, há Efemérides Internacionais e Efemérides a nível Nacional.

Hoje dia 25 de novembro é um desses dias. E o protagonismo principal desse dia é o General Ramalho Eanes, a figura que a partir de hoje faz parte através do livro do Dr. M. Vieira Pinto da nossa coleção "Fim do Império".

No dia 19 tive um encontro com o General Ramalho Eanes para tratar de outros assuntos, mas tive oportunidade de lhe sugerir a sua presença aqui hoje connosco.

Encarregou-me de transmitir a quem nos desse a honra de estar presente neste evento de, não como Presidente da Liga dos Combatentes, mas como membro do seu Curso da Escola do Exército das razões da sua ausência.

1. Trata-se de uma Biografia autorizada, mas não participada, não partilhada, que não criticou, nem apontou testemunhas e não conhece.
2. Que embora não conhecendo bem o autor viu o seu trabalho relativamente ao Prof. Dr. Adriano Moreira que lhe pareceu um documento sério e de qualidade e por isso autorizou a Biografia que aqui lançamos hoje.
3. Finalmente uma última razão que pede seja compreendida é a de que não gosta de participar em atos que envolvam eventuais elogios e em que ele esteja presente. Sente-se de certo modo incomodado.

Não obstante, já algumas vezes o tenha feito mudar de posição, desta vez a argumentação não resultou e temo-lo certamente connosco em espírito.

A partir de hoje a Coleção "Fim do Império" está mais rica, com a obra do Dr. Vieira Pinto e com a figura que a mesma aborda.

É uma coincidência feliz o lançamento do Livro nesta data, muito significativa para a nossa geração e para o General Eanes.

Termino lendo um excerto do texto que tive oportunidade de escrever e vem publicado no livro "O General Ramalho Eanes e a História recente de Portugal" que hoje lançamos: Pedem-me para escrever sobre este meu camarada de curso. Um camarada de curso muito especial, já que ele extravasou o curso, o Exército, as Forças Armadas, projetou-se no mundo político ao mais alto nível e é hoje uma figura nacional do mais elevado prestígio.

A verticalidade, honradez e honestidade, predicados e princípios inerentes à condição militar, foram por ele praticados intensivamente, no desempenho das suas funções, em proveito das Forças Armadas e da sociedade civil.

Esta postura granjeou-lhe a admiração dos seus camaradas e pares das Forças Armadas, mas também, e sobretudo, dos políticos e da sociedade civil em geral, de tal forma que, tendo deixado já há anos a política ativa, é considerado por muitos como uma reserva moral do País.

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “NESTE VALE DE LÁGRIMAS” NO SANTUÁRIO DE FÁTIMA COM A PRESENÇA DO CRISTO DAS TRINCHEIRAS

29 de novembro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Ex.<sup>ª</sup> Reverendíssima D. António Marto, Bispo de Leiria-Fátima

Exmo. Senhor Padre Carlos M. Cabecinhas

Mui Ilustre Reitor do Santuário de Fátima

Exmo. Senhor Dr. Marco Daniel Duarte Diretor do Serviço de Estudos e Difusão do Santuário de Fátima

A cerimónia de hoje, gostaríamos de integrá-la e distingui-la num conjunto numeroso e diversificado de ações e atividades que a Liga dos Combatentes tem tomado no ano em curso, para evocação do Centenário do início da Grande Guerra, de que se assinalam dezenas de exposições, dezenas de conferências e apoios em instituições públicas e autárquicas com material museológico, para além da cerimónia nacional que conduziu à colocação de 115 placas evocativas do Centenário em todos os monumentos da Grande Guerra erguidos em Portugal e no estrangeiro, bem como as celebrações tradicionais do 9 de Abril, dia da Batalha do Lys e hoje dia do Combatente e a evocação do dia 11 de Novembro dia do Armistício.

Hoje, porém, encontramos-nos num lugar e num momento muito especial.

Um lugar de espiritualidade único, o Santuário de Fátima. Um momento que a vontade de duas instituições quis que acontecesse. A criação de um momento histórico pela convergência de vontades que permitiram a aproximação de dois símbolos maiores, nascidos em momento difícil da vida nacional e que hoje se juntam: Nossa Senhora de Fátima e o Cristo das Trincheiras. No lugar das aparições de Fátima evocamos o centenário do início da Grande Guerra. Juntamos-lhe a representação terrena da grande testemunha presencial dessa grande tragédia.

Tragédia em que o humano, o desumano e o divino se cruzaram na mente de muitos cidadãos europeus e combatentes. A Liga dos Combatentes é uma das consequências felizes dessa guerra, e é recetora de um dos maiores símbolos espirituais de Portugal o qual tem à sua responsabilidade na Sala do Capítulo no Mosteiro da Batalha: o Cristo das Trincheiras.

Este símbolo, juntamente com as aparições de Fátima, constitui para os combatentes referências profundas de resposta e apoio em momentos de extrema dificuldade e de apelo à Vida e à Paz. Em momento único e excecional, a Liga dos Combatentes entendeu promover, com o apoio do Santuário de Fátima, a presença temporária do Cristo das Trincheiras junto de N<sup>ª</sup> Senhora de Fátima na grande exposição a inaugurar hoje no Santuário, subordinada ao tema "Neste Vale de Lágrimas.

Uma réplica fotográfica do Cristo das Trincheiras manter-se-á na Sala do Capítulo durante esta ausência, estando, contudo, garantida a presença do Cristo das Trincheiras na Sala do Capítulo na cerimónia evocativa do 9 de abril 2015. Exceções servem para criar momentos excecionais. É com muita honra satisfação e sentimento de partilha que a Liga dos Combatentes na pessoa do seu Presidente felicita o Santuário de Fátima, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Leiria – Fátima, e o Exmo. Reitor, Senhor Padre Carlos Manuel Pedrosa Cabecinhas, o Exmo. Senhor Marco



Daniel Duarte, Diretor do Serviço de Estudos e Difusão do Santuário de Fátima, pela excelente exposição que organizam afirmando que é com muita honra e sentido patriótico que a Liga dos Combatentes participa neste evento.

Evento, para nós do maior significado, sublinhando ser a primeira vez que a imagem do Cristo das Trincheiras sai da sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha desde o ano de 1958 data em que entrou naquela sala. Ali se tem mantido sobre o túmulo, em campa rasa, de dois soldados desconhecidos caídos, um em França outro em Moçambique, e onde o exército mantém em permanência uma guarda de honra. Não queria terminar sem registar a total compreensão e o apoio do Exmo. Senhor Diretor do Museu da Batalha Dr. Ruivo em todo este processo.

Gostaria de afirmar a minha profunda convicção de que, com esta decisão, estamos prestando um significativo ato de justiça e de merecida homenagem aos que, há 100 anos, serviram as forças armadas em Portugal em dramáticas circunstâncias. A visibilidade que estamos proporcionando ao Cristo das Trincheiras, desejamos possa potenciar entre os do presente e vindouros, a atenção e o reconhecimento daqueles que em momentos extremos e tão difíceis de suas vidas batendo-se por Portugal, nele acreditaram e a Fatima suplicaram. Fazemos votos para que a exposição seja um sucesso. A estadia do Cristo da Trincheira no Santuário de Fátima espero seja um momento marcante da sua história. Para a Liga dos Combatentes é um marco inolvidável na sua já longa vida. Ao quebrar-se uma rotina, faz-se história. Como síntese do que significa para os combatentes um momento como este, permitam-me que termine com um poema meu sobre o que penso sobre a trilogia que enforma as circunstâncias mais adversas da vida do povo, do homem combatente, e do divino.

### TRILOGIA DA FÉ

*Ó Combatente que do povo emanas  
Ó Povo que Combatentes dás à luz,  
Da floresta, capim ou Pátria urbana  
É no vosso seio que a Fé se produz.*

*Perigo é companheiro do Divino  
De joelhos em terra ou olhar no céu,  
Sempre que a guerra vos marca destino  
E o medo levanta da morte o véu.*

*Crer algo transcendente que vos acuda  
Não importa origem ou natureza  
É próprio da trilogia que ajuda  
A história da Pátria, sua nobreza.*

*Medo coletivo, Individual.  
Luz de Fátima, Cristo das Trincheiras.  
Criações do soldado de Portugal  
Dos seus medos, coragens ou maneiras.*

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

## HOMENAGEM DO MUNICÍPIO DE VISEU AO CAPITÃO HOMEM RIBEIRO (NAULILA)

18 de dezembro de 2014

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu  
Exmos. Senhores Generais, Comandante e antigos Comandantes do RI14  
Entidades Cíveis religiosas, militares e de segurança  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Homenageamos hoje um Homem, um comandante, um soldado.  
Reabilitando a sua memória, homenageamos hoje uma geração, umas Forças Armadas, um povo.  
O Capitão Homem Ribeiro, caído há precisamente 100 anos, à frente e com alguns dos seus Homens, no campo de Batalha, ou melhor, no campo da honra ao serviço das Forças Armadas do seu país, libertou-se da morte. A nossa presença aqui hoje é forte testemunho disso mesmo. Mas não só.

Esta atitude do Município de Viseu integra-se num conjunto de ações que ao longo do país têm sido levadas a efeito, evocando o centenário da Grande Guerra, os seus horrores e as suas consequências. Evocação que se desenrola, em Portugal, com a grande participação dos cidadãos que fizeram a Guerra do Ultramar e na Europa os que fizeram a II Guerra Mundial. A nós portugueses, são atitudes como esta que fortalecem a “comunhão de afetos” que caracteriza a nossa forma de estar no mundo independentemente das circunstâncias.

É essa “comunhão de afetos” que nos reúne aqui hoje, colocando mais uma pedra naquilo a que venho chamando de Império da Alma. Sabemos o que temos ganho e perdido ao longo da nossa história. Geograficamente, desfizeram-se impérios - o império da Índia, o Império do Brasil, o Império de África - mas não perdemos o Império da Alma. Império este constituído por milhões de portugueses espalhados pelo mundo e por Portugal que importa aglutinar, aprofundar espiritual, patriótica, cultural e economicamente, ligando-os organizadamente em rede, reforçando o nosso conceito de Pátria. Desenvolvendo assim a nossas Forças Morais e Materiais, como fator do nosso Potencial Estratégico Nacional.

O século XX e o século XXI contribuíram para a evidência da necessidade desse Império da Alma português ser fator importante para a nosso comportamento e força, nos organismos internacionais como a ONU, a UE ou a CPLP. Naulila, episódio da guerra em Angola e Moçambique a partir de 1914, bem como a guerra do Ultramar para isso contribuíram.

Três constantes porém, importa, em permanência, ter em consideração e evidenciar. Em primeiro lugar, durante todo o século XX e XXI as nossas forças armadas empregues na grande guerra, na guerra do ultramar e nas operações de paz, nunca iniciaram as hostilidades nem invadiram nunca nenhum país, nem território.

Uma segunda constante. As nossas forças armadas foram sempre empregues longe da sua base de retaguarda, a milhares de Km de distância num esforço heroico e hercúleo. Assim aconteceu na Grande Guerra, na Guerra do Ultramar e acontece hoje nas Operações de Manutenção da Paz. São duas constantes históricas que prologam a nossa trajetória secular e acrescentam valor à nossa posição e figurino internacionais.

Finalmente uma terceira constante que importa combater frontalmente com base na investigação e no estudo histórico e científico do fator militar, nos conflitos em que tomámos parte no século XX e XXI.

É frequente tratar a nossa participação militar na Grande Guerra, nomeadamente em La Lys, como uma grande derrota militar. Chega mesmo a afirmar-se que não houve nada pior depois de Alcácer Quibir. De Naulila, fala-se de “desastre” e de “tragédia”. Da guerra do ultramar há quem afirme que perdemos a guerra. Para além da comunhão de afetos num verdadeiro Império da Alma que importa desenvolver, há que, para o fortalecer, eliminar a tendência para evidenciar a leitura negativa dos factos, olhando sistematicamente para o negativo que surge para lá do monte e nunca para o positivo que se nos apresenta, quando olhamos para lá do horizonte.

Em La Lys, integrados no I Exército Inglês, sofremos com eles a rotura da frente perante uma ofensiva poderosa, contribuímos para que a retirada permitisse a continuação da batalha noutra frente e cinco meses depois desfilávamos em França celebrando a vitória daqueles com quem nos tínhamos aliado. Em termos de estratégia operacional e geral vencemos.

Em Naulila, depois de um primeiro êxito português em Outubro, seguiram-se retaliações que culminaram com a confrontação em 18 de Dezembro, entre 8000 efetivos alemães e 2000 efetivos portugueses entre eles a 9ª Companhia do RI 14, de Homem Ribeiro. Após o confronto de que resultaram 12 mortos e 30 feridos do lado alemão e 69 mortos e 76 feridos do lado português, ambas as forças retiraram ordenadamente, sem perseguição e da parte das forças alemãs foi enviado emissário apelando à paz. Nenhum dos lados pôde considera vencedor. A ação contribuiu decisivamente para que após reforços o general Pereira D'Éça pudesse restabelecer a ordem e as fronteiras que, cem anos depois, ainda hoje vigoram entre dois países independentes. Naulila não deve pois ser vista como uma tragédia ou um desastre, mas como uma contingência tática que contribuiu para uma vitória da estratégia operacional e geral, garantindo a manutenção das colónias por parte de Portugal.

Quanto à guerra do ultramar é bom que reafirmemos que as Forças Armadas, ressaltando a Índia portuguesa, nas condições conhecidas, não perderam a guerra, como por vezes se lê e houve. É pois importante que neste momento em que se aprofunda e investiga a história destes acontecimentos bélicos, que se sublinhe e se desenvolva uma leitura positiva e abrangente em termos militares, abandonando de vez, a leitura catastrófica de episódios menos felizes em termos táticos mas que se valorizam, se os enquadrarmos em termos estratégicos e mesmo políticos. E só com esses olhos que podemos estar aqui valorizando os feitos das tropas do RI 14, em África, na Grande Guerra e enaltecer os feitos dos seus soldados entre eles o Capitão Homem Ribeiro. É essa leitura positiva dos feitos de então que nos enche de orgulho e honra, ainda que, mesmo nessa leitura positiva dos factos a morte enlute os nossos corações. Faço votos por que, dentro de décadas, as gerações de hoje, tenham o mesmo posicionamento de respeito, orgulho e apreço para com os militares que fizeram a guerra do ultramar, que nós, que a fizemos, temos para com aqueles que caíram na Grande Guerra.

Termino felicitando o Senhor Presidente do Núcleo de Viseu e o Presidente da Câmara de Viseu por esta iniciativa, testemunhando o profundo sentimento de comunhão, reconhecimento e de pertença por todos aqueles que caíram durante a primeira Guerra Mundial e estão na origem do nosso nascimento como instituição humanitária e patriótica. O Capitão Homem Ribeiro é um dos nossos, e perante a sua memória nos curvamos. Não morreu em vão. Não esquecemos. Não o esqueceremos.

Vivam os combatentes da Grande Guerra  
Vivam os combatentes da Guerra do Ultramar  
Vivam os combatentes das operações de manutenção da Paz e Humanitárias  
Vivam as Forças Armadas Portuguesas e o RI14  
Viva Portugal

O Presidente da Liga dos Combatentes  
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general